

1 **ATA REUNIÃO ORDINÁRIA COMDEMA 26/03/2019**

2 Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e dezenove, teve início às  
3 dezessete horas e quinze minutos, no plenário da Câmara Municipal de  
4 Vereadores do Município de Ponta Grossa, em segunda chamada com  
5 qualquer quórum, a reunião ordinária com a presença da presidente do  
6 COMDEMA Caroline Schoenberger, e conselheiros, Vicente Nadal Neto  
7 (ASSOC. ENGENHEIROS E ARQUITETOS), Evandro Retamero Rodrigues  
8 (CESCAGE), Juliana Goltz C. Pansanato (OAB), Marcius Nadal Borsato (IAV),  
9 Robson Carlos Klimionte (IKA), Eldo Lauro Berger (SMAPA), Paulo Eduardo  
10 Oliveira de Barros (SMMA), Gilson Burigo Guimarães (UEPG). A conselheira  
11 Lia da UTFPR justificou a falta via telefone à presidente do conselho. A  
12 reunião contou com a seguinte pauta: 1) Aprovação da ata de 26/02/2018.  
13 2) Licenciamento, Fiscalização, Educação Ambiental realizados pela SMMA.  
14 3) Atualizações sobre o aterro do Botuquara e credenciamento 010/2018.  
15 4) Visita Técnica nas associações de catadores. 5) Assuntos pendentes. 6)  
16 Palavra livre. A reunião teve início com a Presidente informando a  
17 necessidade de oficiar os membros não presentes. Posteriormente  
18 apresentou o ofício da IKA, quanto a liberação de verbas para a construção  
19 de um poço artesiano no Centro de Triagem de Animais Silvestres dos  
20 Campos Gerais – CETAS, informando que deve haver manifestação do  
21 COMDEMA, e parecer da SMMA quanto ao deferimento ou negativa na  
22 realização do investimento. Ainda, a presidente informou que existe  
23 precedente legal para a liberação de verbas para instituições sem fins  
24 lucrativos, sendo esse o caso da CETAS. Posteriormente foi aberto votação  
25 para a aprovação da ATA de 26 de fevereiro de 2019, não ocorrendo  
26 nenhum voto negativo, a ATA foi devidamente aprovada em sua  
27 integralidade. Seguindo a ordem da pauta, fora passado a voz para o  
28 Secretário Municipal do Meio Ambiente, para discorrer quanto à  
29 Licenciamento, Fiscalização, Educação Ambiental realizados pela SMMA. O  
30 secretário, iniciou informando que as licenças ambientais de competência  
31 do município se encontram todas em conformidade com a CEMA 88, que  
32 designou parte da competência do IAP para os municípios, neste sentido  
33 ainda, informa que as licenças realizadas pelo IAP não competem à  
34 presente secretaria. Ainda, informou que atualmente a SMMA se encontra  
35 utilizando o sistema de licenciamento do IAP, o SGA, sistema que se  
36 encontra com mais de 130 processos em tramites, e mais de 30 licenças já  
37 concedidas. Aponta que algumas licenças estão sendo entregues





38 pessoalmente, com a informação que o ato de licenciar não se refere a mera  
39 burocracia, e sim um procedimento de grande importância para todo  
40 empreendimento, que deve ser respeitado e cumprido em conformidade  
41 com a legislação. Informou que os licenciamentos realizados pela secretaria  
42 se encontram em constante fiscalização para evitar futuros danos. O  
43 conselheiro Gilson questiona sobre como são realizadas as fiscalizações. Em  
44 resposta, o Secretário informa que existe um plano de atuação, onde cerca  
45 de 20 empreendimentos se encontram sob fiscalização semanal. Após a  
46 conclusão quanto ao licenciamento e fiscalização, o Secretário apresenta  
47 alguns planos de atuação da divisão de educação ambiental para o ano de  
48 2019, como palestra em empresas e escolas. Ainda informa que a educação  
49 ambiental vem apresentando grande impacto na sociedade, usando de  
50 exemplo o lago de Olarias onde foram retiradas mais de seis toneladas de  
51 resíduos, e após a realização de projetos da divisão de educação ambiental  
52 o quantitativo foi reduzido para 100 quilos. Informa ainda que no lago de  
53 Olarias existe o projeto de implantação de uma unidade de Educação  
54 Ambiental, como medida compensatória. A presidente questionou quanto  
55 à projetos de atuação em outros arroios. Em contradição, o Secretário  
56 informa que atualmente o foco se encontra em projetos de resíduos  
57 sólidos, como a atual parceria com o Shopping Palladium, que possui como  
58 objetivo destinar todos os resíduos realizados neste local para uma das  
59 associações que o município presta auxílio. Quanto à possibilidade de  
60 demais arroios, informa que existe um projeto para reabrir o lago da  
61 Madureira. O conselheiro Vicente, abriu questionamentos sobre terrenos  
62 abandonados, fundos de vale, e demais terrenos que são propícios para  
63 descarte de resíduos, principalmente por parte de moradores. O secretário  
64 informa que existe atuação da fiscalização quanto aos terrenos sujos,  
65 apontando que o procedimento tem como início a notificação  
66 proporcionando o prazo de 10 dias para que seja realizada a limpeza, e com  
67 a negativa os moradores são sujeitos a multa. Apresenta que as dificuldades  
68 no procedimento se encontram principalmente no erro cadastral realizado  
69 pelo CTM. A intervenção do município pode ocorrer somente após a  
70 aplicação da multa, todavia, ocorre o conflito entre a limpeza de terrenos  
71 particulares e a limpeza urbana. Retomando o tema de educação  
72 ambiental, o Secretário aponta a realização da retirada de lixo eletrônico  
73 que ocorreu no parque ambiental, informando que existem demais  
74 projetos como a aplicação de um PEV para retirada de lixo eletrônico,  
75 projeto de coleta de pneus, projeto de fiscalização em usinas de resíduos

76 de construção civil e barracões. Quanto ao Aterro do Botuquara, todo o lixo  
77 que se encontra destinado ao aterro está destinado em área  
78 impermeabilizada, fora apresentado ainda plano de encerramento. Quanto  
79 ao credenciamento, informa que o procedimento se encontra em aberto e  
80 que existem empresas ingressando com o processo de inscrição. Informa  
81 ainda que existe o processo judicial em trâmite e que o encerramento deve  
82 ocorrer em 2019. Quanto às visitas a serem realizadas nas associações foi  
83 de acordo que primordialmente a visita deve ser destinada ao CETAS,  
84 ficando agendada para o dia 12 de abril às 9 hora. Ainda a Presidente  
85 informa que deve ser encaminhado ofício para a SMMA para que aponte a  
86 área embargada de resíduos de RCC como também seja oficiado o CREA  
87 para que aponte o procedimento que se encontra em trâmite. Quanto aos  
88 assuntos pendentes, a Presidente deu todos por encerrado uma vez que  
89 fora apresentado resposta para todos os temas com ofícios da SMMA em  
90 resposta ao Ministério Público, órgão que entendeu estar satisfeito com as  
91 respostas. Ao abrir a temática livre o conselheiro Eldo questiona sobre a  
92 obrigatoriedade da apresentação de PGRS nos condomínios. Em resposta,  
93 o secretário afirma que é uma questão de legalidade, a CEMA 65 aponta  
94 que os órgãos ambientais competentes devem fiscalizar os condomínios,  
95 uma vez que o número de pessoas em um espaço de condôminos gera  
96 grande quantidade de resíduos sólidos, demandando de um projeto de  
97 atuação, dando por encerrado o tema livre. A presidente agradece a  
98 presença de todos, e encerrou a reunião às 18h30min. Ata transcrita por  
99 Rberth Rozemberger, tudo em conformidade com gravação que se  
100 encontra em arquivo próprio.


101

102

103

104

105

  
CAROLINE SCHOENBERGER  
Presidente COMDEMA

  
PAULO EDUARDO OLIVEIRA DE BARROS  
Secretário Executivo/PMPG/SMMA